



Greve fortaleceu servidores do IFCE e garantiu conquistas locais e nacionais

A luta foi intensa e temos vitórias a comemorar. Fortemente mobilizados em um movimento com alta adesão e que se espalhou pelas diversas unidades, alcançando conquistas no plano nacional e na esfera local, os servidores e as servidoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) construíram uma greve que chamou a atenção da sociedade para a real situação do Instituto. O movimento contribuiu para a luta dos servidores federais em todo o País e conquistou benefícios para toda a comunidade acadêmica, com avanços significativos em 15 pontos na pauta local. A pressão exercida pelos servidores em greve foi sentida pela administração do Instituto, que, diferentemente do que costumava acontecer até então, com extrema dificuldade para diálogo, passou a receber os servidores para debater em detalhes a pauta de reivindicações.



Instalação de comandos de greve e manifestações de rua marcaram o movimento

Como resultado, os servidores do IFCE, representados pelos integrantes do Comando Geral de Greve, foram recebidos diversas vezes pela Reitoria do Instituto, sentando para negociar as reivindicações da comunidade diretamente com o reitor Virgílio Araripe e com diversos pró-reitores. O quadro contrasta com o cotidiano vivenciado pelos servidores e pela comunidade acadêmica como um todo, com falta de transparência nas decisões da administração, imposição de portarias e decisões polêmicas, dificuldades para diálogo e insuficiência de instâncias de participação da comunidade, situação diversas vezes denunciada pelo SINDSIFCE, em várias matérias publicadas no site e nos informativos do Sindicato.

A quantidade de pontos de reivindicação negociados com a Reitoria, com diversos avanços firmados em um

Termo de Acordo assinado pelo reitor e pelo Comando de Greve no dia 21/10, demonstra a quantidade de pautas que estavam pendentes, pela falta de efetivo diálogo entre a administração do IFCE e a comunidade. Foram nada menos que 15 itens acordados, reflexo de várias reivindicações apresentadas pelos servidores nas reuniões do Comando. Pontos tão importantes e diversos quanto flexibilização de jornada, regimento geral e dos campi, carga horária docente, progressão “per saltum”, restaurantes acadêmicos, entre outros (**veja detalhes nas páginas 4-7**). Somente com a força dos servidores em greve conseguimos ser ouvidos e alcançar avanços concretos quanto a essa pauta.

Agora, a luta continua com a fiscalização dos compromissos firmados pela Reitoria. Para isso, os servidores deliberaram pela formação de nove comissões, encarregadas de acompanhar o cumprimento dos compromissos relativos aos 15 temas. As comissões estão abertas à participação de todos os servidores. Confira a divisão por temas e participe!

FIQUE POR DENTRO] Confira, nesta edição, comentários sobre os 15 pontos do Termo de Acordo assinado entre o Comando Geral de Greve dos Servidores do IFCE e a Reitoria.

Nacional | Servidores foram à luta pela educação e contra o ajuste fiscal

Ajuste fiscal e arrocho neoliberal implementados pelo governo Dilma Rousseff, prejudicando conquistas e direitos sociais, cortes de 25% nos recursos federais para a educação, agravamento da precarização em nossa instituição e na rede de IFs, falta de data-base para os servidores, aprovação de lei ampliando a terceirização e ameaçando trabalhadores, intransigência do Governo Federal nas negociações com a categoria, avanço de pautas conservadoras no Congresso Nacional e no Poder Executivo. Esse foi o contexto nacional que levou os servidores do IFCE a deliberar pela greve, em assembleia histórica, com mais de 700 participantes, no dia 23/7.

Nacionalmente, a greve de 2015 foi o segundo maior movimento paredista na história do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), com pico de 255 unidades paralisadas (entre campi e prédios administrativos das IFE) e com 51 seções sindicais ativas na greve, em 25 estados.

Entre as reivindicações gerais do movimento nacional estiveram o reajuste linear de 27,3%, a data-base dos servidores, a defesa do serviço público contra os cortes do orçamento e contra as terceirizações. O eixo específico contou com reivindicações como reestruturação das carreiras dos TAEs e dos docentes, democratização das IFEs, expansão responsável e sem precarização, 30 horas semanais, RSC e não ao ponto eletrônico para todos os TAEs, racionalização dos cargos do PCCTAE.

Greve está suspensa, não encerrada

Vale destacar que a greve dos servidores do IFCE está atualmente suspensa, não encerrada. Na Assembleia Geral realizada no dia 23/10, os trabalhadores deliberaram pela suspensão da greve, condicionada à assinatura do acordo nacional de greve com o Governo Federal, à questão da reposição de atividades (e não de carga horária) e ao cumprimento dos pontos do Termo de Acordo firmado com a Reitoria. Uma nova assembleia reavaliará o movimento no dia 27/11, incluindo possibilidade de revisão da suspensão, com retorno efetivo à greve.

Mobilização dos trabalhadores assegurou conquistas concretas nas negociações com o Governo Federal

A luta dos servidores do IFCE fortaleceu o movimento nacional dos trabalhadores federais como um todo - com diversas categorias em greve - e contribuiu para a disputa de



Servidores públicos federais durante ocupação das entradas do MPOG

consciência da sociedade quanto a essa situação. O movimento nacional conquistou reajuste salarial de 10,8%, sendo 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017, contemplando servidores ativos, aposentados e instituídos de pensão. Além da alteração no *step* da carreira em 0,1%, para janeiro de 2017.

O governo sinalizou reajuste nos benefícios: auxílio-alimentação de 22,8%, passando de R\$ 373,00 para R\$ 458,00; na assistência à saúde o valor atual per capita médio passa de R\$ 117,78 para R\$ 145,00; e na assistência pré-escolar um reajuste de 317%, passando de R\$ 73,07 para R\$ 321,00, a partir de janeiro de 2016.

Os servidores também conquistaram a migração para a carreira do EBTT, o fim do ponto docente e isonomia com carreira do Magistério Superior; além do direito dos técnico-administrativos com nível superior a se candidatarem à direção geral de campus.

Outros compromissos

Nas negociações houve ainda compromisso da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) em apresentar minutas de projetos de lei para liberar o afastamento para realização de capacitação (mestrado ou doutorado) de servidor, independentemente do tempo de ocupação no cargo; para possibilitar a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio para os técnicos, e para alterar o Decreto nº 1590/1995, garantindo a isonomia com a carreira do Magistério Superior no que concerne ao controle de frequência.

Participação | Greve do IFCE foi marcada por assembleias históricas

A greve dos servidores do IFCE foi marcada por assembleias históricas, com centenas de participantes, lotando a quadra Professor Valdson Alencar, do Campus Fortaleza, e demonstrando a insatisfação e a força da comunidade. Começando pela própria assembleia em que os trabalhadores deliberaram pela greve, no dia 17/7. Foi a assembleia mais representativa já realizada pelos servidores do IFCE, com a greve decidida por ampla maioria, por várias reivindicações locais e contra os cortes de recursos federais para a educação.

No dia 7/8 outra grande assembleia avaliou os passos do movimento até então e confirmou a força da greve, com maciça adesão nos diversos campi. Com centenas de servidores, a maioria deliberou pela suspensão do calendário acadêmico, o que não foi aceito pela Reitoria.

Servidores construíram ativamente a greve nos campi

A força da greve dos servidores foi confirmada pela alta adesão na grande maioria dos campi, com o movimento sendo efetivamente construído pelos servidores no dia-a-dia. O SINDSIFCE prestou orientações, distribuiu informativos (incluindo guia com perguntas e respostas, reforçando a segurança jurídica dos trabalhadores quanto ao direito de greve) e esteve atento ao suporte aos servidores no cotidiano do movimento.



Deflagração, avaliação e suspensão da greve foram decididas em assembleias

Foram inúmeras as atividades realizadas nos diversos campi, em todas as regiões do Estado, com grande repercussão na imprensa e nas redes sociais. Informes sobre manifestações de rua, aulas públicas, rodas de conversa, oficinas, reuniões nos campi, entre outras ações, foram enviados diariamente ao Sindicato e socializados com toda a categoria, bem como com a sociedade em geral. Como resultado da luta dos servidores em cada município, mais e mais pessoas tomaram conhecimento da real situação do IFCE, de luta contra a precarização, de questionamento da expansão acelerada e sem o devido preparo, de necessidade de melhorias para estudantes e servidores, para garantia da educação pública de qualidade.



Servidoras foram linha de frente na greve

Luta contra o machismo e a homofobia

“Lugar de mulher é na luta!”. A greve dos servidores do IFCE também deixou clara a necessidade de avançar na luta contra o machismo e a homofobia. Durante a assembleia geral do dia 7/8, assistentes sociais e outros trabalhadores se manifestaram reforçando a necessidade de respeito à mulher e à diversidade sexual.

Na ocasião, servidoras leram uma nota de repúdio a episódios de homofobia e machismo, registrados na assembleia do dia 17/7, que deliberou pela greve, e destacaram que após a lamentável ocasião foi organizado no Campus Fortaleza um debate sobre opressão e questões de gênero. O SINDSIFCE se associou à manifestação.

Fique por dentro | Confira os 15 pontos do Termo de Acordo assinado



Pontos acordados são fruto da forte mobilização dos servidores

1) Flexibilização da jornada de trabalho / 30 horas: a Reitoria enviará a minuta elaborada e apresentada pelos servidores para análise junto à Procuradoria Jurídica do IFCE, e realizará o agendamento de uma reunião, junto ao órgão, para apresentação do referido documento.

Avaliação: Com a greve percebemos o longo caminho que ainda precisaremos percorrer para uma maior qualidade de vida, mas também a necessidade de maiores articulações políticas e jurídicas para vencermos esta pauta. O comando de greve do IFCE realizou todas as articulações possíveis nesse momento: estudos, discussões internas, reunião com Reitoria, com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, com a procuradora-chefe do IFCE, com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), além de articulações junto ao SINASEFE. É preciso ter atenção a este ponto nesse momento oportuno, em que o reitor do IFRN está na presidência do CONIF (até dezembro) e pode ser um colaborador para que se façam os encaminhamentos corretos e necessários a esta causa.

Uma consulta à Procuradoria Geral Federal pelo CONIF talvez seja o próximo passo a ser dado, no qual podemos correr riscos de um posicionamento não favorável, que

As conquistas alcançadas pelos servidores estão descritas no **Termo de Acordo** assinado no dia 21/10, após várias reuniões de negociação entre os servidores, o reitor Virgílio Araripe e pró-reitores. São conquistas importantes e que demonstram a diversidade de temas até então pendentes, com encaminhamentos que só foram alcançados com a pressão exercida pelos trabalhadores no exercício da greve.

A seguir você confere ponto a ponto os itens que fazem parte do Termo de Acordo, comentados por integrantes do Comando Geral de Greve.

acabará sendo vinculante a todo o País. Acreditamos ser necessário mudar o decreto 1.590, de 1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e fundações públicas federais, pela garantia plena da isonomia entre todos os trabalhadores por ele regido, conforme preceitua a Constituição Federal. Para tanto, há a necessidade de uma maior articulação dos trabalhadores em torno da questão.

2) Edital de Remoção: a Reitoria revisará a Resolução Nº 020, de 9 de agosto de 2013, por meio de comissão que contará com indicação de quatro nomes dos comandos de greve do SINDSIFCE e do SINASEFE Cariri. A Comissão terá como objetivos: 2.1. Tratar do dissenso sobre a possibilidade de os servidores homologados, não removidos, participarem de novo Edital de Vagas; 2.2. Dar nova redação à Resolução, com base nos seguintes princípios, já acordados: a) Escolha ilimitada de campi; b) Fim do cadastro de reserva; c) Mais transparência na condução do processo: publicar a comissão instituída para acompanhar os editais e publicar, no site da instituição, todos os atos administrativos, com celeridade; d) Participação da Comissão Interna de Supervisão (CIS) e Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), ou de servidores por elas indicados; e)

Garantia de que todos os campi, incluindo a unidade Reitoria, constem nos editais de remoção; f) Estabelecer debate amplo, democrático e transparente sobre o perfil docente, possibilitando a revisão do documento que trata da questão; g) Instituir comissões técnicas para revisão do Perfil Docente com participação direta dos docentes, desde que estes não tenham interesse direto em processo de remoção; h) Apresentar, previamente, a nova realidade institucional para os docentes: modalidades de ensino (técnico, tecnológico, bacharelado e outros) e horário de funcionamento do campus; i) Supressão do Artigo 5º da Resolução 020 de 9 de agosto de 2013, que trata da remoção por permuta; j) Os novos Editais de Remoção serão publicados quando houver vaga(s), e o(s) cargo(s) definido(s) por campus.

Avaliação: *Conquistamos avanços na medida em que um instrumento que passa a regulamentar a movimentação dos servidores no IFCE está agora mais democrático e transparente, permitindo que os servidores possam ter uma maior liberdade de escolha entre as unidades e conhecendo previamente as vagas disponibilizadas para remoção.*

3) Calendário Acadêmico: em até três dias letivos, após o término da greve, a Reitoria agendará uma reunião com membros da gestão dos campi e representantes do SINDSIFCE e do SINASEFE Cariri, para tratar dos princípios que nortearão o ajuste do calendário acadêmico. Durante a negociação, a autonomia dos campi e a participação da comunidade no processo de construção do calendário foram acordadas.

Avaliação: *Foi realizada no dia 3/11 uma reunião com a Pró-reitoria de Ensino e representantes do Comando Geral de Greve, incluindo a Comissão de Calendário. Após muita discussão sobre datas que foram propostas pela Reitoria e engessavam o calendário, os servidores conseguiram convencer a administração de que não poderia ser daquele modo. Conseguiram fazer ver que era necessário preservar as férias docentes. O Comando de Greve apresentou uma proposta que está servindo de parâmetro para a elaboração do calendário em diversos campi, preservando a possibilidade de férias dos docentes, divididas em até três etapas, com o servidor optando por janeiro, julho ou dezembro. Até 20/11 cada campus enviará à PROEN sua proposta de calendário. Conseguimos uma nova vitória ao preservar as férias docentes, ao mesmo tempo viabilizando o novo calendário acadêmico e levando em conta a realidade dos estudantes, que dependem de transporte público, disponibilizado dentro do calendário convencional pelas Prefeituras.*

4) Carga Horária Docente: a Reitoria agendará uma reunião entre a comissão designada pelo Conselho Superior (CONSUP) para tratar do tema e a comunidade acadêmica, a fim de apresentar a minuta que vem sendo elaborada. Tal agendamento se dará tão logo os trabalhos da comissão sejam finalizados.

Avaliação: *A apresentação da minuta à comunidade acadêmica será feita antes de a proposta ser submetida ao CONSUP. Nesse ponto, obtivemos uma vitória em abrir a discussão nesse nível com as instâncias que têm poder de decisão. Precisamos seguir mobilizados para obter um resultado com critérios mais justos para a carga horária docente.*

5) Férias Docentes: a Reitoria enviará à Procuradoria Jurídica do IFCE consulta formal sobre a possibilidade de viabilizar a suspensão e remarcação das férias, por força de greve. Tal solicitação foi feita pelos servidores após encaminhamento da Assembleia Geral realizada no último dia 25 de setembro. Também ficou acordado que as próximas férias docentes serão discutidas junto com o novo calendário pós-greve.

Avaliação: *ver ponto 3 (calendário acadêmico).*

A greve nos proporcionou condições de poder olhar para nossos espaços e condições de trabalho na Reitoria e nos campi, discutir e pensar coletivamente o agravamento da situação de precarização em que a instituição se encontra

6) Progressão Per Saltum ou “Puladinha”: a Reitoria buscará, junto à Procuradoria Jurídica do IFCE, um ato administrativo que não cause prejuízo aos servidores que já foram contemplados através da Resolução nº 045, de 31 de agosto de 2012.

Avaliação: *Foi uma vitória expressiva obter da Reitoria a garantia de que não haverá nenhum tipo de sanção aos servidores que foram beneficiados anteriormente pela “puladinha”.*

7) Implementação dos conselhos acadêmicos: a Reitoria levará à próxima reunião do Colégio de Dirigentes (COLDIR), a ser realizada em novembro do corrente ano, a proposta de implementação dos Conselhos Acadêmicos, conforme prevê o Regimento Interno do IFCE.

Avaliação: *Os Conselhos Acadêmicos são previstos pelo regimento do IFCE, mas nunca foram implementados. Agora temos uma oportunidade de garantir a instalação e o funcionamento dos conselhos, importantes para a comunidade acadêmica e para a qualidade das atividades do Instituto.*

Precisamos permanecer mobilizados para participar de maneira crítica e para poder mudar o atual quadro, garantindo mudanças qualificadas e democráticas

8) Regimento Interno dos campi: a Reitoria vai entrar em contato com a Comissão do COLDIR, para saber em que estágio está o trabalho, para debater com a comunidade e implementação do regimento.

Avaliação: *A necessidade de regimentos internos dos campi em sintonia com princípios democráticos e participativos levou o Comando de Greve a insistir nesse ponto durante as negociações com a Reitoria. Garantir a participação da comunidade e a transparência quanto às ações nos campi é uma importante diretriz a ser observada pelo regimento.*

9) Revisão do Regimento Geral: os servidores indicarão quatro nomes para participar de uma Comissão voltada à análise do Regimento Geral, com vistas à identificação da necessidade de eventuais mudanças, cuja composição final será definida pela Reitoria. A comissão será oficializada por meio de portaria e os debates serão coordenados pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP). A data da primeira reunião da comissão será solicitada à Reitoria no mesmo ofício em que serão informados os nomes indicados pelos servidores para a composição do grupo.

Avaliação: *O Regimento Geral é um documento fundamental para todas as atividades do IFCE. Precisamos*

avançar para que o regimento seja democrático, participativo e permita a transparência nas ações do Instituto. Conseguimos garantir a presença de servidores na comissão que definirá propostas de mudança no regimento.

10) Documento do Projeto Político-Pedagógico / Projeto Pedagógico Institucional do IFCE: o documento já elaborado, em caráter provisório, terá sua discussão iniciada ainda neste ano. O tema será colocado em pauta pelo Reitor na próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A revisão do documento será precedida da realização de debates com a comunidade, para a devida reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico / Projeto Pedagógico Institucional (PPP/PPI) e para a qualificação das contribuições à revisão. A reunião será marcada pela Reitoria.

Avaliação: *O Projeto Político-Pedagógico e o Projeto Pedagógico Institucional são essenciais para a reflexão sobre que educação temos e que educação queremos no IFCE, sobre o conteúdo de nossas atividades, para que sejam definidos princípios que orientem as ações de nossa instituição. Asseguramos a participação da comunidade na construção desses projetos. Vamos à luta para que contemplem devidamente a educação para a emancipação, o protagonismo coletivo e a transformação social.*

11) Orçamento geral do IFCE: construção de um processo de esclarecimento à comunidade: um material informativo sobre a construção do orçamento geral anual do IFCE será produzido pela PROAP. O tema será debatido no próximo Fórum de Administração. Após o fórum, será montada uma agenda local, com um seminário interno em cada campus, para difusão do tema e nivelamento da compreensão da comunidade acadêmica sobre a elaboração do orçamento. A Reitoria buscará formas de normatizar o processo de elaboração do orçamento de cada unidade, evitando que sigam acontecendo disparidades no formato de participação.

Avaliação: *As escolhas feitas quanto ao orçamento têm impacto decisivo no dia a dia de nossa instituição, em suas mais diferentes atividades. Conquistamos avanço nesse ponto, para que em breve mais e mais servidores do IFCE possam conhecer e participar do processo de elaboração do orçamento de sua unidade. Atualmente, cada campus elabora seu orçamento, alguns de forma mais coletiva, ouvindo a comunidade, outros com livre escolha do diretor geral, sem esse processo participativo. Uma vez concretizados, os avanços obtidos nesse ponto garantirão que a*

comunidade possa efetivamente participar, em todos os campi, da elaboração do orçamento.

12) Restaurantes Acadêmicos: a Reitoria solicitará à comissão que cuida das providências para a implementação de restaurantes nos campi um relatório sobre o atual estágio dos trabalhos, identificando os próximos passos, com divulgação desse material para todos os campi e esclarecimento da comunidade acadêmica quanto ao tema. A comissão convocará uma representação da Equipe de Assistência Estudantil, para apresentação dos trabalhos, e o tema será tratado na próxima reunião do COLDIR.



30 horas: o direito à flexibilização da jornada esteve, novamente, na pauta dos debates

Avaliação: Neste ponto, conquistamos um passo importante nessa luta que é de toda a comunidade acadêmica. Garantimos uma maior participação da comunidade nesse processo, que é uma demanda histórica e tão importante, também para os estudantes. Com a continuidade da mobilização, poderemos cobrar agilidade na implantação dos restaurantes.

13) Vaga na Coordenação de Assistência Estudantil: a Reitoria examinará com atenção o pleito apresentado pelos servidores, de ocupação da vaga disponível na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) por um profissional da Equipe de Assistência Estudantil, com formação, capacidade e experiência para desempenhar a atividade. A Reitoria se comprometeu a dialogar com o Governo Federal para garantir que as novas unidades do IFCE sejam abertas com a presença de um profissional de Serviço Social.

Avaliação: Obtivemos uma vitória concreta quanto a este ponto. Já foi indicada uma profissional, psicóloga, para ocupar a vaga. Embora não tenha havido uma preocupação da Reitoria em informar à comunidade nem ao Comando Geral de Greve essa nomeação, o pleito foi atendido. Os servidores seguirão atentos para cobrar que haja, de fato, profissionais de Serviço Social e da equipe mínima de Assistência Estudantil também nas novas unidades do IFCE.

14) Política de Qualidade de Vida dos Servidores: a PROGEP informou que existe uma comissão multiprofissional elaborando uma Política de Qualidade de Vida para os servidores e que, tão logo seja finalizada, será disponibilizada para contribuições da comunidade. Também neste

ponto, foi discutida a possibilidade de os servidores da Reitoria participarem da política por meio da utilização do espaço do campus Fortaleza.

Avaliação: Conquistamos avanços neste ponto, conseguindo tornar transparente para toda a comunidade que existe uma comissão trabalhando quanto ao tema. Com a continuidade da mobilização, vamos cobrar rapidez nos trabalhos da comissão, discussão dessa política com a comunidade acadêmica e agilidade na implementação das ações em prol da qualidade de vida dos servidores, incluindo práticas esportivas, artístico-culturais e de integração entre os colegas.

15) Diagnóstico situacional dos campi: em novembro do corrente ano, a Reitoria realizará a próxima reunião do COLDIR, reservando espaço para que os Comandos de Greve apresentem ao Conselho documento elaborado pelos servidores e estudantes sobre o diagnóstico situacional dos campi.

Avaliação: A greve nos proporcionou condições de poder olhar para nossos espaços e condições de trabalho na Reitoria e nos campi, discutir e pensar coletivamente o agravamento da situação de precarização em que a instituição se encontra. Desses debates e reflexões elaboramos um documento e conseguimos espaço para apresentá-lo no COLDIR. Assim, precisamos permanecer mobilizados para participar de maneira crítica e para poder mudar o atual quadro, garantindo mudanças qualificadas e democráticas a toda comunidade acadêmica.

Cronograma | 90 dias de luta nos campi, nas ruas e em Brasília

Julho

(17) Em assembleia com mais de 700 participantes, servidores do IFCE decidem entrar em greve, por diversas reivindicações locais e nacionais e contra os cortes de recursos federais para a educação.

(21) Primeira reunião do Comando Geral de Greve.

(23) Início da greve e instalação oficial do Comando Geral de Greve, em reunião aberta e ampliada.

(24) Comando Geral de Greve divulga nota contra caso de machismo e homofobia na assembleia do dia 17/7.

(28) Servidores do Campus Maracanaú realizam atividade na matrícula do SISU.

(30) Depois de negar diálogo com os servidores, Reitoria propõe reunião com o SINDSIFCE, mas tenta restringir participação. Debate sobre diversidade sexual, gênero e opressões é realizado no Campus Fortaleza.

Agosto

(3) Comando Geral de Greve define atividades inadiáveis e aprova calendário de mobilização.

(6) No Campus Fortaleza, servidores apresentaram ao reitor Virgílio Araripe propostas de alteração à portaria sobre flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs. Documento é encaminhado ao MEC, com pedido de audiência pública.

(7) Nova assembleia confirma a continuidade da greve e reforça a mobilização, incluindo envio de servidoras representantes para participar do Comando Nacional de Greve.

(12) Em reunião com pró-reitores, Comando Geral avança no debate de pautas locais. Comando de Greve debate no Campus Fortaleza progressão e carga horária docente.

(14) Reunião setorial entre bibliotecá-

rios e reitoria do IFCE debate flexibilização da jornada. Reunião do Comando Geral de Greve organiza debate sobre precarização. SINDSIFCE divulga nota de apoio aos trabalhadores de UFC, UFCA e Unilab.

(20) Servidores participam de manifestação de rua em Fortaleza, contra os cortes na educação.

(21) Reunião do Comando Geral de Greve, no Campus Fortaleza. Bibliotecários encaminham à Reitoria requerimento sobre flexibilização da jornada de trabalho.

(24) Aula Pública discute o tema dos Direitos Humanos, como atividade de greve no Campus Crateús.

(26) Próximos passos da greve e hierarquização das negociações com o Governo Federal foram destaques na 134ª Plena do SINASEFE. Audiência pública sobre a greve, na Câmara Municipal de Umirim.

(27) Reunião entre Comando Geral de Greve e Reitoria debate edital de remoção e flexibilização da jornada de trabalho para bibliotecários.

(28) Ato público debatendo Encontro geral dos comandos locais de greve para construção do diagnóstico da precarização no IFCE.

(29) Plenária sindical e popular debateu unidade e solidariedade às greves e mobilizações em curso.

(31) Debates Políticos, com a jornalista Paula Máiran, no Campus Fortaleza.

Setembro

(3) Ato unificado contra o ajuste fiscal reúne centenas de servidores públicos federais em greve no Ceará, com participação dos grevistas do IFCE.

(11) Em Assembleia Geral, servidores decidem continuar em greve. Novo calendário de atividades é divulgado.

(14) Em reunião do CONSUP, servidores reivindicam debate sobre progressão “per saltum” dos TAEs e carga horária docente.

(17) Definidas propostas de regras para aperfeiçoamento do edital de remoção e do perfil docente a serem apresentadas às Pró-reitorias.

(21) Servidores se reúnem com pró-reitor de Gestão de Pessoas, sobre edital de remoção.

(23) Servidores participam de manifestação contra os cortes no orçamento do Governo Federal.

(25) Em Assembleia Geral, servidores decidem continuar em greve.

(28) Servidores cobram compromisso da Reitoria sobre pauta da greve.

(29) Comando Geral de Greve define pontos prioritários a serem debatidos durante reuniões com a Reitoria.

(30) Seminário discute alternativas à crise econômica, reunindo grevistas da UFC, UFCA, UNILAB e do IFCE.

Outubro

(2) Em nova reunião com a Reitoria, Comando de Greve conquista avanços nas negociações.

(6) Reunião do Comando Geral de Greve avalia resultado das negociações com a Reitoria.

(9) Procuradora-chefe do IFCE e reitor recebem servidores em reunião, sobre flexibilização de jornada, progressão “per saltum” e outros temas.

(16) Em Assembleia Geral, servidores decidem permanecer em greve.

(21) Na Reitoria, Termo de Acordo quanto às pautas locais de reivindicação é assinado pelo Comando de Greve e pelo reitor Virgílio Araripe.

(23) Em Assembleia Geral, servidores aprovam suspensão da greve.

(27) Retorno às atividades.

(28) Retorno às aulas.

Novembro

(27) Nova Assembleia Geral dos servidores, para avaliação sobre a suspensão, encerramento ou retomada da greve.

Estudantes | Greve gerou conquistas para toda a comunidade acadêmica



Estudantes fortaleceram a mobilização durante a greve no IFCE

Além das conquistas quanto à defesa política da educação pública, gratuita e de qualidade e da luta contra a precarização no IFCE, a greve dos servidores do Instituto garantiu importantes avanços para a comunidade acadêmica como um todo, com destaque para os estudantes. A preocupação com o corpo discente orientou a formulação de muitas reivindicações apresentadas pelos servidores e integrantes do Termo de Acordo assinado com a Reitoria.

São temas como a revisão do regimento do Instituto, dos regimentos dos campi, a participação da comunidade na definição do orçamento de cada campus, melhorias para a Assistência Estudantil e a implantação de restaurantes acadêmicos. Confira:

- Os servidores em greve cobraram da Reitoria mais agilidade na implementação dos **restaurantes acadêmicos**. Em breve será divulgado um relatório sobre os trabalhos da comissão de implantação, com apresentação à equipe de Assistência Estudantil e ao Colégio de Dirigentes (COLDIR). Os servidores seguirão cobrando a abertura dos restaurantes nos diversos campi.

- Os estudantes também poderão acompanhar e participar da elaboração do **orçamento geral do IFCE** e do **orça-**

Compondo comandos locais de greve, realizando reuniões para debater sua pauta específica e participando de aulas públicas, rodas de conversa, oficinas e manifestações de rua, estudantes cumpriram papel importante na greve dos servidores do IFCE e na luta em defesa da educação pública.

mento de cada campus. A greve assegurou que esse debate passará a ser feito com a comunidade e que passará a haver normas para evitar disparidades na elaboração do orçamento. Os estudantes poderão opinar diretamente sobre aquilo que consideram prioridade para investimento dos recursos destinados ao IFCE.

- Como compromisso firmado com os servidores, a Reitoria do IFCE levará à próxima reunião do Colégio de Dirigentes (COLDIR), a ser realizada em novembro, a proposta de implementação dos **Conselhos Acadêmicos**. O Regimento Interno do IFCE prevê esses conselhos, até hoje não implementados. Os estudantes também participarão dos conselhos, influenciando diretamente nas decisões.

- A **revisão do Regimento Geral** do IFCE e do Regimento Interno de cada campus, outro compromisso assumido com os servidores, também terá impacto positivo para os estudantes. O objetivo é buscar mais mecanismos de participação nas decisões, transparência e democratização na gestão do Instituto e de cada unidade, em sintonia com a comunidade.

- Também como resultado da greve, os servidores cobraram o **Projeto Político-pedagógico** do IFCE, obtendo da Reitoria compromisso de colocá-lo em debate ainda neste ano, na próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A revisão do documento será precedida da realização de debates com a comunidade, com fundamental participação dos estudantes. O projeto é essencial para a reflexão e a prática sobre a educação que temos e a educação que queremos, em nossa instituição.

- Outro avanço importante foi a garantia de apresentação, na próxima reunião do COLDIR, do **Diagnóstico situacional dos campi**, elaborado pelos servidores em greve, com vários pontos que poderão trazer melhorias para estudantes e toda a comunidade acadêmica.

E o que fica da greve?

A luta continua todos os dias



Grupo teatral associa pautas de reivindicações ao cotidiano dos servidores

"O que é necessário explicar não é que o faminto roube ou que o explorado entre em greve, mas por que razão a maioria dos famintos não rouba e a maioria dos explorados não entra em greve"
(Wilhelm Reich)

"Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la"
(Bertolt Brecht)

Mesmo com a suspensão da greve, a luta dos servidores do IFCE continua em plena atividade. Além dos trabalhos das nove comissões de acompanhamento do cumprimento do Termo de Acordo, a categoria volta a se reunir em **Assembleia Geral no dia 27/11**, no Campus Fortaleza, para nova avaliação dos encaminhamentos nos planos local e nacional.

A continuidade da mobilização dos servidores é fundamental para que nossa categoria siga forte e unida. A greve abriu caminho para muitas e importantes conquistas. Para que sejam concretizadas, trazendo mudanças efetivas para nossa instituição, precisamos todos estar atentos e seguir participando da luta. Para isso, conte sempre com o SINDSIFCE.

Confraternização] Vamos juntos comemorar as vitórias de um ano de muitas lutas, celebrando amizades e renovando energias para 2016! Será **sábado, 5/12, das 11h às 16h, no Kukukaya (Av. Pontes Vieira, 55)**. Servidores filiados têm até o dia 30 de novembro para confirmar presença e informar o número de acompanhantes - cônjuge e filhos -, pelo e-mail inscricaoessindsifce@gmail.com, por telefone ou presencialmente, na sede do Sindicato.

Nove comissões acompanham cumprimento do acordo

Para fiscalizar o cumprimento dos itens do Termo de Acordo, os servidores do IFCE deliberaram, em Assembleia Geral, pela formação de comissões de acompanhamento.

As comissões são abertas à participação de todos os servidores interessados. Confira os temas cobertos pelas comissões, procure os colegas servidores que já integram os grupos e participe.

Comissões:

1. Flexibilização de jornada/30 horas;
2. Edital de remoção
3. Calendário e férias docentes
4. Carga horária docente
5. Progressão "per saltum"/puladinha dos TAEs
6. Documentos institucionais
7. Vaga para a Comissão de Assistência Estudantil (CAE)
8. Orçamento geral, restaurante acadêmico e diagnóstico de precarização
9. Qualidade de vida

Contatos com os integrantes das comissões podem ser obtidos no SINDSIFCE.

EXPEDIENTE: Esta publicação é de responsabilidade do SINDSIFCE. **Endereço:** Rua Aratuba, Nº01-A, Benfica - Fortaleza - CE. CEP: 60040-540. **Telefone:** (85) 3223.6370. **Fone/Fax:** (85) 3281.0209 | **Fotografia e Ilustração:** Arquivo SINDSIFCE e SINASEFE | **Produção, redação e diagramação:** Setor de Comunicação | **Jornalista responsável:** Dalwton Moura - Mtb CE 01339JP | **Relações Públicas:** Camila Chaves - CONRERP/5 - 1780 | **DIRETORIA COLEGIADA** | **Coordenador Geral de Formação Política e Relações Sindicais:** Diego Gadelha | **Secretário de Política Sindical:** Josias Santana | **Secretário de Política de Pessoal:** David Moreno | **Secretário de Organização dos Campi:** Luiz Alcides | **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Thiago de Oliveira | **Secretário de Finanças:** George Harrison | **Secretário de Assuntos Jurídicos:** Pedro Hermano | **Coordenador Geral de Comunicação:** Glacio Souza | **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Odilon Monteiro | **Secretária de Assuntos Educacionais, Culturais e Desportivos:** Gina Girão | **Suplentes:** Abrahão Sampaio, Maria Gizeuda, Maria Ozirene, Geraldo Venceslau e Paulo de Freitas. **Secretárias:** Marcela Evangelista e Vera Lopes | **Assessoria Jurídica:** Escritório Gomes & Uchôa.